



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Gridspertise Latam S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. São Paulo, 24 de março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.105	21.010
Contas a receber de clientes	4	191.018	36.919
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		7.644	3.233
Outros tributos compensáveis		10.093	-
Estoque	13.1	17.338	6.753
Adiantamento a fornecedores	6	509	676
Outros créditos		233.707	69.102
Total do ativo circulante		425.116	138.711
Ativo não circulante			
Tributos diferidos	15	10.509	8.193
Imobilizado	5	510	605
Intangível		51	61
Outros créditos		11.070	8.859
Total do ativo não circulante		22.140	17.619
Total do ativo		447.256	156.330

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante			
Fornecedores	7	180.303	57.436
Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.873	-
Outras obrigações fiscais	8	12.100	1.770
Dividendos a pagar		10.506	3.274
Salários, provisões e encargos sociais		3.889	3.252
Outras obrigações		210.671	65.732
Total do passivo circulante		311.272	129.464
Patrimônio líquido	10		
Capital social		2.914	2.010
Reserva de lucros		31.192	10.219
Total do patrimônio líquido		34.106	12.229
Total do passivo		345.378	141.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	29.109	8.487
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	106	106
Tributos e contribuições sociais diferidos	(2.317)	(5.138)
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(154.099)	384
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	323	6
Outros tributos compensáveis	(4.223)	(1.456)
Estoque	(10.093)	-
Adiantamento a fornecedores	(10.585)	(5.635)
Outros créditos	167	(44)
Redução (aumento) dos passivos		
Fornecedores	122.867	13.105
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.235	9.080
Outras obrigações fiscais	10.330	(3.616)
Salários, provisões e encargos sociais	637	92
Outras obrigações	(1.259)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(14.362)	(9.080)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(13.905)	5.032
Variação no caixa líquido	(13.905)	5.032
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	21.010	15.978
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7.105	21.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	12	311.130	178.525
Custo	13	(254.033)	(151.633)
Lucro bruto		57.097	26.892
Despesas operacionais	13		
Despesas gerais e administrativas	(14.477)	(13.467)	-
Outras despesas operacionais	(22)	-	-
Total despesas operacionais		(14.499)	(13.467)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		42.598	13.425
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		2.747	813
Despesas financeiras		(832)	(215)
Variações cambiais líquidas		(299)	(1.100)
Total do resultado financeiro		1.566	(502)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		44.164	12.923
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.372)	(9.574)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.317	5.138	-
Total dos tributos sobre o lucro		(15.055)	(4.436)
Lucro líquido do exercício		29.109	8.487
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	11	14,4821	4,2224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	29.109	8.487
Total dos resultados abrangentes do exercício	29.109	8.487

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gridspertise Latam S.A. ("Companhia" ou "Gridspertise") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de março de 2018, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº14.401, 20º andar, conjunto 232, Torre B1, Santa Gertrudes, no município de São Paulo/SP, controlada diretamente pela Gridspertise Srl, (sediada na Itália), e tem por objeto social a atuação nos setores de energia elétrica, incluindo infraestrutura e redes, comunicações, telemática, tecnologia da informação, automação doméstica, estruturas de rede (eletricidade, água, gás, fibra ótica, aquecimento distrital, telecomunicações) e consecução de projetos, construção, manutenção e operação de plantas, produção e comercialização de equipamentos. As demonstrações financeiras foram iniciadas em março de 2023. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1 Base de preparação: 2.1.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e em conformidade com o relatório de auditoria independente. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão. A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de março de 2026. 2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.1.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. 2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025: A Companhia aplicou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas e seguem não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos ou alterações adotados assim que sua adoção entrar em vigor. As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação e Classificação de Instrumentos Financeiros	Requisito de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros - incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards - Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um receivável comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026

As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletrificação dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos financeiros; e o reconhecimento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.

Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades devem apresentar os resultados de cada categoria de forma operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais: As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros. As premissas e estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em relação a fontes de receita nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em relação a fontes de receita, envolvendo risco de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas. A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contêm informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas. Nota 4 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, Nota 9 - Provisão para processos judiciais, Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e Nota 17.1 - Instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e contas correntes bancárias	23	21.010
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	7.082	-
Total	7.105	21.010

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no valor de mercado. As aplicações financeiras, representadas principalmente por operações compromissadas, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias se registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, as operações compromissadas foram remuneradas em média, a 95,00% do CDI. De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. **Redução ao valor recuperável:** todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Empresa são realizados com base na política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 17). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para as quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos. **A. Contas a receber de clientes:** O saldo registrado engloba as contas a receber em vendas de serviços e equipamentos de medição elétrica, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de

	Vencidos					
	até de 61 a	de 91 a	de 181 a	mais de	31.12.2025	
	Nota	A vencer	60 dias	90 dias	180 dias	360 dias
Venda de equipamentos - medição elétrica - partes relacionadas	16	75.014	1.821	-	-	9
Prestação de serviços - partes relacionadas	16	20.411	72.251	14.003	5.724	1.121
Total		95.425	74.072	14.003	5.724	1.131

	Vencidos					
	até de 181 a	mais de	31.12.2024			
	Nota	A vencer	60 dias	360 dias	31.12.2024	
Venda de equipamentos - medição elétrica - partes relacionadas	16	2.617	-	-	-	2.617
Prestação de serviços - partes relacionadas	16	23.680	2.352	5.052	2.977	34.271
Total		26.297	2.352	5.052	2.977	36.919

Usos estimativas: **Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")** - As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permitiu adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual. A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("Expected Credit Losses - ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("Probability of Default - PD") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("Loss given default - LGD"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. Para os saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada de liquidação duvidosa foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **5. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda do ativo contábil do ativo não incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado, **Redução ao valor recuperável:** A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2024	Depreciação	31.12.2025
Imobilizado em serviço			
Máquinas e equipamentos	716	-	716
Depreciação acumulada			
Máquinas e equipamentos	(111)	(95)	(206)
Total do imobilizado	605	(95)	510

	31.12.2024	Depreciação	31.12.2025
Imobilizado em serviço			
Máquinas e equipamentos	716	-	716
Depreciação acumulada			
Máquinas e equipamentos	(16)	(95)	(111)
Total do imobilizado	700	(95)	605

A taxa de depreciação que reflete a vida útil de máquinas e equipamentos é de 13,3% a.a. **6. Adiantamento a fornecedores:** O saldo de adiantamento a fornecedores de R\$ 17.338 em 2025 (R\$ 6.753 em 2024), é referente a antecipação concedida aos fornecedores principalmente para aquisição de roteadores (Routers). **7. Fornecedores:** A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços		156.538	45.358
Materiais e serviços - partes relacionadas	16	23.765	12.078
Total		180.303	57.436

O saldo a pagar com terceiros, refere-se basicamente a obrigações com fornecedores de medidores inteligentes (Smart meter), e **8. Outras obrigações fiscais:**

	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações fiscais federais		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.416	307
Programa de Integração Social - PIS	307	66
Outras obrigações federais	3.592	269
Total	5.315	642

	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações fiscais estaduais		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6.767	1.103
Total	6.727	1.103

	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações fiscais municipais		
Imposto sobre Serviços - ISS	2	25
Outras obrigações municipais	18	25
Total	12.100	1.770

9. Provisão para processos judiciais: Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. **Uso de estimativas:** avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível ou provável. **10. Patrimônio líquido:** **10.1 Capital social:** O capital social é de R\$ 2.914 (R\$ 2.010, em 31 de dezembro de 2024), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025	% de participação de ações	31.12.2024	% de participação de ações
Gridspertise S.r.l	2.009.999	99,999502%	2.009.999	99,999502%
Enel Brasil S.A.	1	0,0000498%	1	0,0000498%
Total	2			

...continuação

GRIDSPERTISE LATAM S.A.

Venda de equipamento smart meter: Refere-se a venda de medidores de energia elétrica inteligentes (smart meter) para equipamentos de energia elétrica do grupo Enel. **Remuneração dos Administradores:** A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 272 (R\$ 839 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. **17. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro:** **Considerações gerais:** A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado. **17.1 Instrumentos financeiros:** **17.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (a)	31.12.2025		31.12.2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	7.105	7.105	21.010
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	191.018	191.018	36.919
Total do ativo			198.123	198.123	57.929
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	2	180.303	180.303	57.436
Total do passivo			180.303	180.303	57.436

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 17.2 Hierarquia do valor justo **Uso de estimativas:** As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo. **17.2 Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **17.3 Gerenciamento de riscos:** A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle Interno de Gestão de Riscos (SCIGR) definidas pela Holding Enel SP, que estabeleçam as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios. A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SP, que conta com um comitê de controles e riscos. Esse comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos. Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes. Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente. A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização. Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SP. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia. **(a) Estrutura de gerenciamento de riscos:** O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos. O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas. A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio. Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes. **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **(b.1) Risco de crédito:** Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte. O risco é basicamente proveniente de:

(i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) contas a receber de clientes.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	7.105	21.010
Contas a receber de clientes	191.018	36.919
Total	198.123	57.929

(b.2) Gerenciamento de capital: A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira. De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. **(b.3) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou como risco de prejudicar a sua reputação. A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez. **(b.4) Riscos de mercado: (b.4.1) Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiro derivativo para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam. **Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros:** Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. **(b.4.2) Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. A Companhia não possuiu empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **18. Eventos subsequentes:** Em 19 de março de 2026, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 3.100, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva para reforço de capital de giro, sem emissão de novas ações e mantendo-se inalterada a proporção de participação de cada acionista. Com a capitalização, o capital social da Companhia, será de R\$ 6.014.

Diretoria executiva	Cargo
José Antonio de Azevedo Palazzi	Diretor Presidente
Sandra Evelyn Cataldo Diaz	Diretora financeira
Sanderson dos Santos Fagundes	Diretor de operações

Relações com investidores: Fábio Romanin.
Contadora responsável: Camila Silva de Mello - CRC 1R083577/O-5.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Gridspertise Latam S.A. - São Paulo - SP.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Gridspertise Latam S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gridspertise Latam S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24 de março de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
Nagib Mattar Neto
CRC SP-014428/O-2-F-RJ
Contador CRC RJ-116077/O-1

www.enel.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 01/05/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/05/01/VENAC1589133001052026.pdf
Hash: 1777577520d4c004a902374dec869cc01a181e5477